

UNE PARA TEMPOS DE GUERRA | Juventude da Articulação de Esquerda

*“Quem tem coragem
De virar a página
Para escrever tudo de novo?
Quem tem coragem
De soltar a voz
Na língua do povo?”*

Quem tem coragem?

Pedro Munhoz

A UNE Para Tempos de Guerra é construída por estudantes de diversos cantos do país, que carregam a vontade e a coragem de fortalecer um movimento estudantil capaz de transformar a educação e o Brasil. Estamos presentes em diversas entidades estudantis, como DAs, CAs, DCEs, Executivas de Curso, e também no dia a dia das e dos estudantes. Defendemos uma UNE que fortaleça a luta nas ruas, conduza os estudantes para a resistência e seja referência para a categoria estudantil do Brasil inteiro. Queremos um movimento estudantil que caminhe ao lado da classe trabalhadora, derrube Bolsonaro e seus aliados e retome a esperança da juventude brasileira. A tese UNE Para Tempos de Guerra é impulsionada por militantes da Juventude da Articulação de Esquerda, tendência petista que se coloca na luta pelo socialismo e por outra estratégia política desde os anos 90. Acreditamos na construção de um PT democrático, socialista e de massas e, da mesma forma, acreditamos em uma UNE comprometida com as lutas dos estudantes e da classe trabalhadora.

Conjuntura

O rearranjo geopolítico capitalista reserva para o Brasil uma posição de subalternidade no cenário global. Desde o golpe de 2016, que derrubou a primeira mulher eleita legitimamente na história do Brasil, nosso país passa por um processo de fascistização e ampliação do programa neoliberal. A eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, foi resultado de anos de articulação das elites e da direita tradicional, que deu um tiro no próprio pé e abriu

caminho para o fascismo em nome do programa neoliberal. Uma eleição fraudada, em que o candidato que liderava as pesquisas foi retirado da disputa através de uma prisão política, que hoje, mais do que nunca, se comprova como uma grande farsa.

Na economia, o Brasil passa por um processo de reprimarização, o que se traduz em grandes incentivos para o agronegócio, uma política de desindustrialização, a precarização intensa de vários postos de trabalho e uma massa cada vez maior de desempregados. Alinhadas ao projeto econômico, estão inúmeras políticas de militarização da sociedade, censura, desrespeito à democracia, ataques aos direitos das mulheres, genocídio da população negra e massacre do povo indígena. Tudo isso com o aval das elites econômicas, que não apenas apoiaram Bolsonaro em 2018, como também seguem sustentando seu governo em virtude da agenda implementada por Paulo Guedes. De 2016 até agora, tivemos a aprovação do Teto de Gastos, da Reforma Trabalhista, da Reforma da Previdência e outras medidas.

No atual momento, uma das principais pautas que ocupa espaço na conjuntura é a Reforma Administrativa, que, caso aprovada, abrirá ainda mais caminho para o aparelhamento do Estado brasileiro por parte de Bolsonaro e dos militares. Junto a isso, aumenta a onda de privatizações, principalmente dos setores estratégicos, como o da energia e das operações logísticas. O Brasil caminha a passos largos para uma barbárie desenfreada, que reserva à juventude e à classe trabalhadora o desemprego ou o subemprego precarizado, principalmente através dos serviços de plataformas digitais.

Neste quadro, a pandemia do novo Coronavírus apenas ampliou as desigualdades e os desafios que já vivíamos no período anterior. Já acumulamos mais de 530 mil mortes que não são consequência exclusiva do vírus, mas sim de uma política deliberada de genocídio. São pais, mães, negros e negras, indígenas, camponeses e tantos outros trabalhadores e trabalhadoras que tiveram suas vidas ceifadas pela negligência, pelo negacionismo e por um projeto de morte. A CPI da Pandemia, embora tenha escancarado cada vez mais os crimes de Bolsonaro e sua milícia, ainda possui limitações imensas, uma vez que o Congresso é composto majoritariamente pela mesma direita neoliberal que elegeu e ainda sustenta Bolsonaro, tendo como um dos principais exemplos o presidente da Câmara, Arthur Lira, que empilha mais de 100 pedidos de impeachment.

Embora a UNE e outras entidades de representação de classe tenham construído importantes lutas em 2019, a chegada da pandemia no início de 2020 prejudicou imensamente nossas principais formas de organização e atuação. Sobre essa questão, é importante ressaltar que, além dos problemas ocasionados em função da necessidade de distanciamento social, o ano de 2020 também foi marcado por limitações na direção política

da União Nacional dos Estudantes e outras entidades dirigidas pela esquerda. A UNE, principalmente, passou a ter um papel extremamente institucional, resumindo suas ações a disputas simbólicas e pouquíssima capacidade de fortalecer seu lastro no movimento estudantil durante a pandemia, tampouco de reinventar e dinamizar o *modus operandi* da política estudantil realizada até então.

A recuperação dos direitos políticos de Lula e a suspeição do juiz Sérgio Moro também são pontos importantes da conjuntura, mas que não podem ofuscar ou postergar as nossas lutas na rua. As instituições brasileiras, cada vez mais, têm demonstrado suas limitações, o que apenas reforça a necessidade de a esquerda, os movimentos sociais e as entidades nacionais construir jornadas de luta nas ruas, como tem sido feito desde o dia 29 de maio e também foi feito pelo movimento negro e pelas torcidas organizadas em 2020. A retomada das ruas, embora tardia, têm surtido um importante efeito. Cada vez mais setores se somam à luta social e potencializam o descontentamento da população em relação ao governo Bolsonaro, que só será derrotado globalmente pela força das ruas. A guerra contra a necropolítica neoliberal de Bolsonaro precisa ser fortalecida a cada dia, antes que mais vidas sejam sacrificadas.

Não queremos um bolsonarismo sem Bolsonaro, tampouco queremos o neoliberalismo gourmet de sapatênis. O Brasil precisa, neste momento da história, de um programa e de uma força social capazes de modificar estruturas arcaicas, autoritárias, militarizadas e concentradas nas mãos da classe dominante. A construção deste projeto passa por 2022 mas não se resume às eleições, uma vez que a instabilidade e os ataques à democracia crescem, podendo inclusive colocar em cheque o pleito eleitoral do ano que vem. É papel da UNE, em conjunto com os demais movimentos sociais brasileiros, derrotar Bolsonaro e seus comparsas, disputar a consciência da população, fortalecer a luta social e garantir a construção de uma maioria em defesa de um programa democrático e popular para o Brasil, que tenha Lula como candidato nas eleições de 2022, a partir de um programa que dê conta dos anseios da classe trabalhadora brasileira neste momento da história.

O movimento estudantil que queremos

Vivemos tempos de guerra. Guerra dos ricos contra os pobres, do agronegócio contra o campesinato, do machismo contra as mulheres, do fascismo contra a democracia. Assim como em outras épocas da história do nosso país, o movimento estudantil precisa ser um polo

de lutas para resgatar a esperança do povo brasileiro e apontar caminhos para a construção de um país soberano, democrático e popular.

A pandemia do novo Coronavírus ampliou as desigualdades e escancarou as nossas limitações durante o período de isolamento. Em função da falta de acesso às tecnologias da informação e comunicação, muitos estudantes estiveram alheios às discussões do movimento estudantil, assim como também estiveram impossibilitados de acompanhar as aulas remotas e dar continuidade aos seus cursos. É nesse quadro que a UNE precisa repensar suas formas de organização e atuação. Precisamos de um movimento estudantil que reflita sobre o presente e o futuro com vistas a ampliar sua inserção no dia a dia dos estudantes e fortalecer a legitimidade de nossas entidades diante da sociedade.

Nós defendemos um movimento estudantil que seja fortemente participativo, integre os estudantes da base às discussões nacionais e articule a rede do movimento estudantil de forma conjunta. É possível manter e dialogar sobre nossas divergências internas, contanto que haja unidade e coesão no encaminhamento das lutas. Para isto, é papel da UNE fortalecer espaços como conselhos, fóruns, seminários e outras esferas que reúnam entidades de base e gerais para debater os assuntos que nos dizem respeito, como assistência estudantil, ensino, pesquisa e extensão, cultura, combate às opressões e outras pautas.

É preciso também debater com seriedade a importância de uma reforma política e organizativa na entidade, que tenha como principais bandeiras:

- a) uma estrutura colegiada, ou seja, uma organização por coordenações que fomente um maior diálogo entre as forças políticas e descentralize as decisões.
- b) a criação de amplos espaços de participação estudantil, como Núcleos de Trabalho Permanente (NTPs), Grupos de Trabalho (GTs) e outras ferramentas coletivas que permitam que os DCEs, DAs, CAs, Executivas de Curso e coletivos universitários se reúnam e construam cotidianamente as atividades em conjunto com as diretorias da UNE.
- c) a construção de um fórum virtual permanente da UNE, que possa funcionar como um espaço de debates e discussões sobre temas relacionados à educação, à conjuntura, movimento estudantil e as questões que dizem respeito à UNE.

No que se refere à linha política, também acreditamos que a União Nacional dos Estudantes precisa dar mais radicalidade e consequência às suas ações neste período. Não

podemos ter, em pleno governo Bolsonaro, uma entidade que seja resumida à figura de seu presidente e cujas ações se concentrem no campo simbólico-institucional. A decisão de retomar a luta nas ruas, portanto, foi acertada, mas é necessário que esse retorno inclua também outras ações.

Durante o ano de 2020, a atuação da UNE em relação às intervenções nas universidades esteve muito aquém. Foi graças à oposição e à unidade da Juventude do PT que pudemos construir, no mês de dezembro, uma importante mobilização em Brasília contra os interventores e pela posse dos reitores/as eleitos/as, que contou com a participação de parlamentares, lideranças do campo da educação e com os reitores e reitoras eleitos pelas comunidades acadêmicas.

Dar centralidade a esta pauta é fundamental neste momento da conjuntura, pois já temos mais de 20 instituições sob intervenção e esse número tende a crescer caso o respeito à democracia não seja imposto pela nossa luta. Os interventores representam, na prática, capangas de Bolsonaro nas universidades e Institutos Federais, e têm como principal tarefa referendar e acelerar o projeto de reforma empresarial da educação. Precisamos lembrar das lutas ocorridas em 2019 contra o Future-se, programa proposto pelo governo federal que está “de molho”, mas voltará à tona caso a conjuntura apresente melhor correlação de forças para os defensores do projeto. Construir uma luta nacional contra as intervenções e pela posse imediata dos reitores/as eleitos é uma tarefa primordial do próximo período.

Neste processo congressional extraordinário, a principal tarefa da UNE e sua diretoria é refletir sobre suas tarefas no segundo semestre de 2021 e durante o ano de 2022. Em 2020 fomos surpreendidos pela pandemia, o que alterou e impediu a realização de boa parte do planejamento da entidade para essa gestão que se encerra. Entretanto, o Congresso Extraordinário impõe o desafio de construir uma agenda de lutas em um momento em que o Brasil acumula centenas de milhares de mortes e uma política ultraliberal cada vez mais forte.

É papel da UNE retomar as discussões que foram postergadas em função da pandemia, como a realização do IV Seminário de Assistência Estudantil da UNE, que deve ser articulado em conjunto com o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace) e a rede do movimento estudantil. Debater a assistência estudantil é fundamental para combater a evasão e garantir que os filhos e filhas da classe trabalhadora permaneçam e se formem. Para isso, é fundamental que a União Nacional dos Estudantes retome diálogo e construa uma luta conjunta com a Secretaria Nacional de Casas do Estudante (Sence), entidade que representa uma parcela importante de estudantes cotistas que utilizam políticas de permanência.

Outro ponto fundamental é a reaproximação da UNE das Executivas de Curso, das entidades gerais e entidades de base. É preciso utilizar a virtualidade a nosso favor, não apenas para a construção de ações simbólicas, mas especialmente para a articulação política. Nesse sentido, é fundamental que a UNE organize fóruns regionais com as Uniões Estaduais de Estudantes, DCEs, DAs e CAs, a fim de alinhar e articular uma agenda de lutas que coloque os estudantes na rua em defesa da educação, da democracia e de outro projeto de país.

É preciso sair deste Congresso Extraordinário com as tarefas da UNE, da UBES e da ANPG em vista: uma agenda permanente de lutas e a articulação com diferentes setores da sociedade. Devemos fortalecer nosso lastro na sociedade, disputar a consciência dos estudantes brasileiros e impulsionar com firmeza as nossas bandeiras. É papel da UNE defender a educação, mas sobretudo é papel da UNE defender um projeto de país voltado para a classe trabalhadora e construído pela classe trabalhadora, enxergando as escolas e universidades como ferramentas que fazem parte dessa disputa e são fundamentais para a construção de soberania.

O projeto de educação no Brasil de Bolsonaro

A história da educação brasileira é repleta de disputas em torno do seu papel e função social. Nosso país foi o último da América Latina a criar universidades, o que ocorreu apenas no século XIX. Essa implementação tardia do ensino superior e democratização ainda mais tardia da educação básica moldam parte dos problemas sociais que possuímos hoje.

Em 2016, o movimento estudantil, em conjunto com os demais setores da educação, já alertava que o golpe tinha como um dos principais objetivos sucatear e privatizar nossas universidades e Institutos Federais. Cerca de 5 anos depois, essa realidade torna-se cada vez mais nítida de norte a sul do Brasil. A implementação da EC 95, em 2016, foi o pontapé inicial da redução gradativa do orçamento das universidades, que desde então têm sofrido para pagar suas contas e garantir seu pleno funcionamento. Os cortes nos programas de pesquisa e extensão, o fim de políticas importantes como o Ciências Sem Fronteiras e mais uma série de medidas marcam esta “nova era” da educação brasileira, que, na verdade, é um retrocesso sem precedentes.

Assim como durante a ditadura militar, quando o Ministério da Educação firmou convênios e parcerias com o governo norte-americano em virtude da iniciativa privada e pela implementação de um ensino tecnicista, mais uma vez as nossas universidades e Institutos

Federais tornam-se laboratório do neoliberalismo. Durante os governos de Lula e Dilma, obtivemos importantes avanços e conquistas, como o Reuni, Prouni, Fies, as ações afirmativas, o Pnaes e mais uma série de políticas que democratizaram e interiorizaram o ensino superior. Pela primeira vez, os filhos e filhas da classe trabalhadora puderam entrar, permanecer e contribuir na transformação da universidade.

Entretanto, no momento em que as universidades pareciam estar em ascensão, a ofensiva reacionária e ultraliberal demonstrou o projeto que quer para a educação brasileira: um projeto de subordinação. Diferente do que pudemos construir, a duras penas, durante os governos petistas, o objetivo das elites e da direita para nossas Instituições de Ensino é a precarização, a evasão em massa dos estudantes vulneráveis, os boicotes ao Enem, a elitização do ensino superior e a entrada desenfreada do capital privado nas instituições de ensino.

Um dos exemplos dessa ofensiva foi o programa Future-se, proposto pelo governo federal em 2019 e combatido veementemente nas Instituições Federais de Ensino, com importante protagonismo do movimento estudantil, mas também com a importante participação das demais categorias e, inclusive, com posicionamento de muitas instituições. Apesar de ter sido deixado de lado, o Future-se deve continuar sendo uma importante preocupação nossa, pois tende a ganhar força com as universidades sob comando de interventores bolsonaristas.

Nos Institutos Federais, que também são importantes ferramentas de interiorização e democratização do ensino superior e técnico, o cenário não é diferente: cortes de bolsas e a redução do orçamento da Lei Orçamentária Anual também tornam difíceis o funcionamento pleno e a garantia de um ensino de qualidade para os estudantes. Nas universidades estaduais, cuja realidade depende dos governos dos estados, a realidade também torna-se difícil em função de governos conservadores e alinhados à política bolsonarista para a educação.

Colocar a iniciativa privada dentro das universidades tem objetivos muito nítidos: apropriar-se do conhecimento produzido a partir dos bens públicos em benefício do lucro das corporações, interferir na questão didático-pedagógica e implementar uma formação tecnicista alinhada ao projeto de reprimarização da economia brasileira. Como diz o ditado: quem paga a banda, escolhe a música. Por isso, projetos como o Future-se precisam ser fortemente combatidos, independente do nome que tenham ou sua forma de implementação. Bem como o combate ao Future-se, é necessário que o movimento estudantil construa importantes lutas contra as intervenções, que também têm contribuído para o projeto de sucateamento e precarização das nossas instituições de ensino.

Um dos mecanismos utilizados pelo bolsonarismo - e que nunca deixou de ser uma tática da direita “tradicional” - é a tentativa de criminalizar as universidades através de mentiras, difamações e fake news. O bolsonarismo se utiliza do discurso “anti-ideológico” para dar lastro a uma ideologia conservadora, reacionária e anti-educação. Assim, tenta criar terreno para deslegitimar as universidades diante da sociedade e implementar o pacote de sucateamento e privatização.

As disputas em torno da educação brasileira definirão importantes questões do futuro do nosso país. Foi possível ver, a partir dos governos Lula e Dilma, que as universidades públicas e Institutos Federais são fundamentais não apenas para a formação de jovens e adultos da classe trabalhadora, mas também para a produção de ciência, o desenvolvimento de extensão e a construção de soberania para o nosso país. Exemplo disso foi a importância das universidades no combate à pandemia e na produção de vacinas. Fortalecer um projeto de universidade pública, democrática, popular, laica e socialmente referenciada faz parte de um projeto maior, que precisa estar alinhado a reformas estruturais que alterem o papel do Brasil no cenário global.

É preciso sair da defensiva e retomar com força e coragem o nosso projeto de educação, com investimento público e função social. Passados mais de 100 anos desde o Manifesto de Córdoba, importante movimento ocorrido na Argentina que impulsionou o debate sobre projeto de universidade na América Latina, devemos retomar certos ideais e colocar o debate sobre educação para fora da universidade. Assim como a reforma agrária, a reforma urbana, a reforma tributária e tantas outras rupturas que o nosso país precisa, a reforma universitária - de caráter democrático e popular - é o que necessitamos para consolidar de vez nosso projeto de educação para o Brasil. Para isto, não há outra alternativa senão a luta social para derrotar Bolsonaro, sua gangue e seu projeto ultraneoliberal, nefasto, tecnicista e conservador de educação.

Contra as intervenções e pela autonomia universitária

Auxílio inclusão digital baixo e com valor abaixo do valor de mercado. Ausência de auxílio digital para os estudantes do Ensino à Distância (EaD). Bolsas de pesquisa sem reajuste. Bolsas de extensão sem reajuste. Bolsas e auxílios da assistência estudantil sem reajuste e sendo cortadas. Bolsas e auxílios da assistência estudantil que não abarcam todos os estudantes da classe trabalhadora. Monitorias sem reajustes. Residências universitárias com problemas de estrutura e manutenção. Alimentação de má qualidade no Restaurante

Universitário. Ausência de espaços para descanso dos estudantes. Altos índices de evasão. Alto índice de estudantes irregulares. Assédio moral e autoritarismo por parte de servidores.

Esses são alguns dos problemas diários que enfrentamos em nossas universidades e institutos federais. São problemas diários e históricos, é importante frisar. Não são problemas que começaram com as intervenções de Bolsonaro nas instituições, tampouco serão problemas que terminarão com o fim destas, porém sendo claramente potencializadas neste momento.

Bolsonaro não está intervindo apenas para desrespeitar a decisão da comunidade acadêmica de escolher os seus gestores máximos. Bolsonaro interveio em 25 instituições federais de ensino para implementar um projeto político de desmonte da educação pública, gratuita e de qualidade, no qual o controle dessas instituições tem um papel fundamental. Não à toa, as intervenções têm algumas características fundamentais: a) foram e são articuladas, na maioria dos casos, entre uma aliança das oligarquias locais com os militares – em especial das bancadas federais – e o governo; b) utilizam-se do autoritarismo, da perseguição política aos estudantes, docentes, técnicos administrativos e trabalhadores terceirizados para implementar o projeto político que estão à serviço; c) e uma política de subserviência irrestrita aos cortes orçamentários promovidos pelo atual governo, que objetivam acabar com as nossas bolsas, monitorias e com o programa interno de assistência estudantil.

A luta pela posse dos Reitores Eleitos é um contraponto direto ao projeto em curso. Entretanto, não é a resposta suficiente para nós, estudantes. Empossar os nossos reitores não resolverá os nossos problemas. De todo modo, neste momento em que a pauta pela garantia da autonomia universitária ganha relevância no debate político, é preciso, mais do que nunca, radicalizar esse conceito para além da sua ideia liberal. A autonomia universitária, conferida através dos artigos 206 e 207 da Constituição Federal, não pode ser encarada apenas como a ideia de empossar aqueles que a comunidade acadêmica escolheu como seu gestor máximo, em respeito ao voto dela. Isso também é fundamental, haja vista que as intervenções fazem parte de um projeto de destruição, mas discutir autonomia universitária, na atual conjuntura política, só poderá se lograr efetivo para os estudantes se articularmos esse debate com os problemas que nos assolam diariamente em nossas instituições porque, no final das contas, o que mais importa é garantirmos que nos formemos com qualidade, dignidade e respeito.

Discutir autonomia é discutir os problemas anteriormente expostos. Jamais poderão, a entidade estudantil e os estudantes, se furtar de radicalizar esse debate. É preciso imprimir um programa máximo de universidade, qual seja, um programa que esteja a serviço do povo, que pense em uma universidade irrestrita para os trabalhadores/as e não para os grandes

conglomerados. É preciso dizer que não queremos apenas a posse dos nossos Reitores. Queremos ir além: queremos que os conselhos superiores da universidade sejam compostos majoritariamente por estudantes, afinal não somos nós a ampla maioria da universidade? Não são estes conselhos os responsáveis por definir boa parte dos rumos das nossas instituições, dos rumos das nossas vidas nelas? Por que, se somos a maioria, o peso do nosso voto nas eleições para Reitor, Diretores de Centro, Chefias de Departamento e coordenação de curso é igual ou até mesmo inferior ao voto do docente ou do técnico administrativo? Será que se o nosso poder de decisão, nos espaços formais da universidade, fosse maior estaríamos diante de tantos problemas?

É preciso, nesse momento, retomar a pauta pelo voto universal! É preciso pautar, nesses tempos de atividades remotas e híbridas, que os abusos dos docentes para com os estudantes não continuem se aprofundando. É preciso pressionar para que as nossas denúncias feitas na ouvidoria ganhem alguma consequência prática e real. É preciso debater a situação precária das residências universitárias, que encontram-se fechadas e acumulando problemas de infraestrutura. É preciso colocar na ordem do dia a luta por auxílio digital para os estudantes do Ensino à Distância, que encontram-se desassistidos neste momento. É preciso nos antecipar sobre a retomada do ensino presencial, construindo uma pauta intensa para garantirmos um retorno seguro para todos nós. É preciso fazer tudo isso ao passo em que lutamos pela posse dos Eleitos porque, assim, dialogando com os nossos problemas reais, acumulamos força na luta e, certamente, essas discussões servirão para elevar o nível de consciência e o patamar de luta dos estudantes para derrotarmos os cortes na educação e no Plano Nacional de Assistência Estudantil, e para mudar as estruturas dentro das nossas universidades, que esmagam a participação política dos estudantes e da comunidade externa. Serão acúmulos, inclusive, que contribuirão para a condução de uma luta clara e coesa, que terá uma pauta sólida de reivindicações, para reivindicar dos Reitores Eleitos.

Educação e pandemia: desafios e tarefas da UNE

As universidades brasileiras estão sob ataque do governo Bolsonaro desde antes de ele ser eleito. O desmonte, que se iniciou com o golpe contra a presidenta eleita Dilma Rousseff e a aprovação da EC 95, mais conhecida como “PEC da Morte”, atinge piores níveis a cada dia. Em 2019 passamos por um período de muitos ataques à educação, o que foi muito intensificado em 2020 pela pandemia e, principalmente, pelo descaso do governo federal.

Com a chegada da pandemia, as Universidades se viram obrigadas a encontrar uma forma de manter o vínculo dos estudantes e dar continuidade à sua formação. A solução encontrada, que foi o ensino remoto, tem muitas peculiaridades. O formato de educação implantado, que não é o EAD mas sim uma tentativa de transformar o ensino que era presencial em ensino online seguindo os mesmos moldes, foi decidido às pressas e sem planejamento, sendo que este é fundamental para que o ensino a distância funcione de maneira efetiva.

Precisamos também falar da tecnologia: ela é benéfica e nos auxilia em muitos aspectos da vida, mas carrega consigo muitos desafios. O primeiro e principal deles é o fato de a tecnologia não ser acessível a todos: uma a cada quatro pessoas no Brasil não tem acesso à internet. Portanto, implementar um sistema de ensino remoto sem discutir com alunos e professores estratégias educacionais e de inclusão digital é impor a exclusão de uma parcela grande dos estudantes, principalmente os filhos da classe trabalhadora que dependem destas políticas para se manter e vêem no Ensino Superior uma forma de garantir a melhoria de sua vida e também da de sua família.

A pandemia se tornou um prato cheio para o governo Bolsonaro precarizar ainda mais a educação. Com a aprovação do PLOA de 2021 e o corte de mais de 18% na assistência estudantil, que já não era suficiente para manter os estudantes com dificuldades socioeconômicas no ensino superior ficou ainda mais deficiente. Milhares de alunos se viram obrigados a deixar a Universidade, seja para trabalhar e ajudar sua família, por problemas psicológicos e outras questões.

É nesse cenário que a União Nacional dos Estudantes precisa estar atenta ao semestre que se avizinha. A conectividade dos estudantes e a inclusão digital são demandas que se ampliaram durante a pandemia, mas continuarão sendo ferramentas necessárias depois dela. Outro ponto que merece atenção por parte do movimento estudantil e suas entidades é o retorno às aulas presenciais, que só pode ocorrer com a vacinação de professores, técnicos e estudantes.

Além disso, é importante observar que o retorno presencial não se restringe às atividades em sala de aula, mas aos laboratórios, atividades externas e, para garantir a permanência, o retorno dos restaurantes universitários. Por isso, é fundamental que a UNE fortaleça o diálogo com o Fonaprace e outros fóruns e colégios da Andifes, a fim de colaborar na construção de um plano seguro de retorno presencial, apenas quando houver condições para isto.

Por uma universidade antirracista

Sob todos os aspectos, a pandemia de COVID-19 se articulou com outros vírus existentes na sociedade brasileira. O caos provocado pelo Coronavírus foi ainda mais acentuado pelo vírus da desigualdade, do racismo e da exclusão estrutural e estruturante que caracterizam a nossa História. A aliança entre todos esses males se reflete ativamente nas condições em que se encontram os negros e negras nessa conjuntura. Estando quantitativamente como uma das maiores vítimas dessa tragédia que assola todo o país, o difícil quadro ainda é constituído pelo aumento da vulnerabilidade social, em decorrência do insuficiente amparo proporcionado pelo Estado. Soma-se também a permanente insegurança, revigorada no contexto da pandemia a partir das ações policiais que vitimaram jovens como João Pedro.

A luta pelas diferentes sobrevivências encontra também um outro campo de batalha chamado universidades. Nelas, o ensino híbrido impôs um desafio gigantesco para a comunidade acadêmica, tendo em vista as desigualdades de acesso à internet e aparelhos virtuais. Essa necessidade relacionada a um ensino remoto escancarou uma realidade já muito conhecida de milhares de estudantes: a falta de acesso aos meios tecnológicos. Se muito se investiu em Ciência e Tecnologia (CT) nas Universidades nas últimas décadas, pouco disso se voltou para atender ao combate à desigualdade digital. Ainda, na concepção do MEC a educação foi tratada de maneira completamente dissociada dos gravíssimos problemas vividos pela sociedade brasileira a partir de março de 2020, estudantes em todo o Brasil tiveram que se reinventar para manterem suas atividades ao longo dos meses que se seguiram, quase sempre sem o apoio devido do Estado. Porém, tal situação representa mais um grande descompasso no horizonte de inclusão nas instituições de ensino superior. A manutenção dos estudantes, especialmente aqueles com maior vulnerabilidade social, foi ainda mais prejudicada nesse contexto, apontando um grande desafio para toda a educação superior no futuro: sua reorganização a partir de pontos de partida ainda mais desiguais.

Nesse Congresso Extraordinário, cabe à UNE refletir e deliberar sobre as alternativas necessárias para enfrentarmos os vírus estruturais e conjunturais que afetam diretamente a vida dos estudantes negros e negras. Não podemos nos esquecer que os meios digitais se tornaram palco em potencial de disseminação do discurso de ódio, mas isso já se fazia presente muito antes. Tal exemplo reflete numa necessidade urgente, que é de construir a implementação de uma agenda antirracista no ensino superior que chegue na raiz do

problema. Nesse momento de acirramento das lutas contra aquele que é um dos autores e atores dessa tragédia coletiva, Bolsonaro, precisamos nos lembrar que o desafio de reconstrução do Brasil, inclusive do ponto de vista educacional, não se trata apenas de um esforço (talvez infrutífero) de retornar àquilo que chamamos um dia de normal. O atual contexto de crise é mais um ingrediente perverso na trajetória daqueles aos quais exclusão e desigualdade sempre foram uma regra. Assim, repensar os rumos da educação no país é considerar a existência de um desafio coletivo de uma universidade democrática, inclusiva e desigual, mas também da necessidade de enfrentar os caminhos cotidianos do combate ao racismo que fundamenta grande parte das instituições brasileiras.

Mulheres em movimento: por uma educação e uma universidade feministas

Vivemos no Brasil um cenário caótico, no qual a desigualdade e a violência de gênero aumentam a cada dia. No que diz respeito aos direitos das mulheres, o atual governo promoveu, também, o desmonte de políticas e aparelhos públicos de combate à violência de gênero justamente no momento em que nos encontramos com o aumento dos casos de violência doméstica e feminicídios no Brasil em decorrência das medidas de isolamento social. Com a pandemia, todas as mazelas da rede de opressões que se sobrepõem na vida das mulheres foram intensificadas: aumentou em 8,6 milhões as mulheres fora da força de trabalho, a ocupação feminina diminuiu 5,7 milhões e mais 504 mil mulheres passaram a ser desempregadas, a taxa de desocupação cresceu de 13,9% para 16,8%, sendo que a das mulheres negras atingiu a alarmante taxa de 19,8%. Cerca de 1,6 milhões de trabalhadoras domésticas perderam seu trabalho, sendo que destas somente cerca de 400.000 tinham carteira assinada, mostrando este trabalho, ocupado na sua maioria por mulheres negras, como um espaço de expressão de profundas desigualdades socio-raciais. Mais de 2,7 milhões de trabalhadoras informais perderam seu trabalho e renda ou tiveram esta drasticamente reduzida. E, mesmo para as mulheres que permaneceram com trabalho, a vida ficou muito mais difícil com os cuidados com os filhos fora da escola, com os idosos da família, com a intensificação do trabalho doméstico, levando a um grande aumento de problemas de saúde física e mental.

As mulheres, que dentro do sistema capitalista sempre foram a linha de frente do cuidado, sofrem ainda mais nesse momento de pandemia. Sem creches e escolas para deixar seus filhos, com o auxílio emergencial insuficiente ou inexistente, sem perspectiva de vacina,

as mulheres têm que se dedicar ainda mais para sustentar e cuidar de suas famílias, das crianças, idosos e doentes. No cenário universitário, no qual a assistência estudantil não garante a dignidade dessas mulheres, a situação é também muito grave.

A educação foi uma das áreas mais atingidas com o atual cenário mundial. Tanto com o acesso limitado da tecnologia, já que temos uma realidade de quase 30% da população sem acesso à internet, computador ou celular, quanto com o apoio insuficiente de muitas universidades e muitas vezes a dificuldade de um espaço adequado para o estudo e pesquisa. Se o cenário de pesquisa e trabalho já era desigual antes, após as medidas de isolamento, em diversas partes do mundo, pesquisas têm noticiado uma queda considerável na quantidade de submissões de artigos produzidos por mulheres, enquanto as publicações dos homens aumentaram em quase 50%. Isso demonstra claramente a sociedade colonial-racista-patriarcal em que nos encontramos e como a pandemia tem afetado mais as mulheres que os homens.

A violência patriarcal é uma pauta urgente a qual, também, precisamos estar atentos. A universidade precisa intervir nos casos de assédio, importunação sexual ou estupro sofridos pelas mulheres no ambiente universitário, que também são cometidos por docentes, que utilizam de sua posição de poder para exigir favores sexuais das alunas. A violência sexual fere a dignidade das mulheres e as priva de transitar nos espaços físicos da universidade. Um levantamento realizado em 2019, pelo The Intercept Brasil, mostrou que mais de 550 mulheres foram vítimas de violência sexual em Universidades desde 2008, quase 80% dos crimes aconteceram nos campi e arredores. Em 60% dos casos os agressores eram alunos; em 45%, docentes. 550 mulheres é apenas uma parcela do verdadeiro número, se não ignorarmos as denúncias que não foram concretizadas, seja por medo ou por descrença no sistema. Os abusadores usam do privilégio da impunidade para interferir no direito de ir e vir da mulher que deseja vivenciar a experiência universitária com segurança.

Estamos vivenciamos um período em que há uma enorme desvalorização do nosso trabalho enquanto pesquisadoras nas universidades, diante dos cortes orçamentários direcionados à investimentos de bolsas CNPQ, diminuindo a quantidade de bolsas e consequentemente a remuneração das nossas pesquisas. Como também saímos prejudicadas enquanto mães estudantes, uma vez que tivemos inúmeros cortes no orçamento direcionado à assistência estudantil, um desmonte na política pública de permanência a mães estudantes e trabalhadoras, temos como consequência a desistência cada vez maior das mães estudantes do ensino superior.

A criação de creches nas universidades também é importante para a permanência e assiduidade das estudantes que são mães. Sem rede de apoio, somente há duas saídas:

abandonar a universidade ou levar a criança para a sala de aula. A última opção nem sempre é bem vista por alguns professores, e até mesmo alunos, que se sentem incomodados com a presença de uma criança na sala. Maternidade e Universidade são duas variantes que precisam ser conciliadas, a instituição universitária precisa acolher as mães estudantes para que elas também consigam sair do ciclo da subalternidade feminina e atinjam sua ascensão profissional. Precisamos garantir ainda mais inserção e participação das mulheres no movimento estudantil, avançando a democratização dos espaços. Uma forma disso acontecer é construir espaços de auto organização das mulheres, tanto para empoderar quanto para formação e articulação das nossas lutas. Os desafios até à beca são inúmeros e precisamos discuti-los para tornar o meio acadêmico o mais democrático e possível para todas as mulheres, pois é de grande interesse do patriarcado manter a mulher longe dos espaços de decisão e manter a relação de dominação em que a mulher é o sexo frágil sem poder e controle da própria vida.

Entendemos que é papel das estudantes continuar nas ruas liderando esses processos e radicalizando os setores moderados. É imprescindível a organização das mulheres jovens contra o capitalismo, o patriarcado, o racismo, a LGBTQ+fobia, a fome e a precarização da vida humana.

Universidade Fora do Armário: combater a LGBTI+fobia dentro e fora das instituições de ensino

Neste ano, foi muito difícil celebrar o mês de junho, mês do Orgulho LGBTI+. Quase que diariamente tivemos que engolir dolorosamente a notícia da morte de mais um/a dos/as nossos/as. O aumento dessa persistente violência, sem sombras de dúvida, se deve ao avanço do ultraconservadorismo e do crescimento exponencial de ações e discursos de ódio e intolerância, promovidos e ampliados pelo atual (des)governo bolsonarista, contra vários grupos que fogem do eixo cis-heteronormativo branco imposto pelo grande capital como via de regra.

É evidente que Bolsonaro não perdeu tempo em cumprir suas promessas de campanha e nos ataca constantemente. O Brasil continua sendo o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, posição que ocupa desde 2008, além disso, o ano de 2020 revelou aumento de 201% no número de assassinatos de vidas trans em relação a 2008, ano que apresentou o número mais baixo de casos relatados, de acordo com informações da ANTRA

de 2021.

Nas universidades, o avanço da ideologia liberal da extrema direita ultraconservadora também tem se expressado em diversas formas de práticas institucionais e, muitas vezes, advindas da própria comunidade acadêmica, que estruturalmente refletem-se em práticas LGBTI+fóbicas.

A permanência no ensino superior continua sendo uma grande problemática imposta aos jovens LGBTI+ dentro das universidades devido a realidade histórica de desigualdade socioeconômica destes grupos que vivem à margem do sistema burguês de produção. Somando-se a isso, as intervenções nos processos de escolha dos reitores, contribuem para o fortalecimento de uma política antidemocrática que vai diretamente em confronto a legitimação dos processos de consulta pública à comunidade acadêmica, onde até então era o instrumento democrático de escolha do reitor, interferindo assim na construção de um processo democrático que expressa a multiplicidade de toda a comunidade universitária.

É fundamental que o movimento estudantil compreenda toda a luta histórica da classe trabalhadora LGBTI+, principalmente jovem, pelo direito e defesa de ser, existir e viver com dignidade, fazendo assim as análises, ações e intervenções englobando toda a multiplicidade que se constitui a classe trabalhadora. Entendendo os efeitos dos rebatimentos das práticas LGBTI+fóbicas nas vidas da população LGBTI+ e em toda a sua organização político-social; além de sempre alinhar às demandas do movimento reconhecendo sua importância para o fortalecimento das lutas políticas e da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Entrar, permanecer e transformar a universidade: permanência estudantil em tempos de pandemia

No ano em que o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) completou 11 anos, foi também o momento em que esta importante política sofreu uma dos maiores ataques desde seu nascimento. Somente este ano o Pnaes sofreu uma redução de 18% em seu orçamento, o que impactou diretamente os recursos que seriam destinados à permanência dos estudantes. A demanda por políticas de assistência estudantil aumentou muito durante a pandemia em função das aulas remotas e da vulnerabilidade à qual foram expostos muitos estudantes durante este período. A resposta que deveríamos receber a esta nova realidade seriam mais investimentos e a ampliação das verbas do Pnaes. Não foi esse o cenário: o

governo Bolsonaro fez questão de acelerar e ampliar o projeto de evasão da classe trabalhadora da universidade.

A criação do Pnaes, mais de uma década atrás, representou uma conquista muito importante para o movimento estudantil e para a classe trabalhadora. Através do Pnaes, foi possível superar a concepção defasada e filantrópica de assistência estudantil, como se essa fosse um favor prestado a alguns estudantes. Também foi possível combater uma realidade herdada da ditadura, quando as universidades ofereciam auxílios para estudantes contanto que houvesse uma “contrapartida trabalho”. Ou seja: estudantes ocupavam, de forma precarizada e com um pagamento baixo, postos de trabalho que deveriam ser destinados a técnicos-administrativos.

Todo esse percurso da assistência estudantil foi pautado principalmente pelas lutas do movimento estudantil brasileiro, que em muitos momentos enfatizou a necessidade dessa política. Sobre esse tema, vale ressaltar que a criação da diretoria de assistência estudantil da União Nacional dos Estudantes foi uma marca deixada pelas gestões petistas da entidade do final dos anos 80. Desde então, foram inúmeras lutas travadas, tanto a nível nacional, quanto a nível local nas próprias universidades, por mais assistência e por outra compreensão sobre a permanência estudantil.

É por isso que o Pnaes foi tão importante e continua sendo: porque estabelece que não basta entrar, é preciso permanecer. E mais do que isso: compreende que permanência não se resume a alimentação e moradia, embora esses dois itens sejam fundamentais e básicos para garantir que os estudantes se formem. Mas para além desses eixos, é preciso que as políticas de permanência garantam ao estudante uma plena experiência do ambiente universitário, o que inclui também apoio pedagógico, atenção psicossocial, lazer, esporte, saúde, inclusão digital, creche e muito mais.

Desde o III Seminário de Assistência Estudantil da UNE, que ocorreu em 2014 em Ouro Preto, a conjuntura mudou muito. Naquela época, o movimento estudantil reivindicava mais assistência e o aprimoramento nas políticas já existentes. A perspectiva era de ampliação das verbas do Pnaes, construção de mais Casas do Estudante, criação de mais Pró-Reitorias de Assistência Estudantil e o cumprimento dos eixos estabelecidos no Plano.

De lá pra cá, não apenas paramos no tempo, como também retrocedemos nele. Em 2016, nós já denunciávamos que o golpe, sucedido pela EC 95 e mais uma série de medidas, teriam como principal resultado a expulsão da classe trabalhadora da universidade. Alguns anos depois, a realidade é essa: torna-se mais difícil ingressar e torna-se quase impossível permanecer. Com a redução das verbas do Pnaes, muitos estudantes ficarão à mercê de sua

própria sorte, sem conseguir se formar por falta de políticas que garantam moradia, alimentação, transporte e muito mais. Essa realidade obviamente recai principalmente sobre os estudantes negros e as mulheres, sobretudo aquelas que são mães.

Diante desse cenário, é fundamental que a União Nacional dos Estudantes impulse com muita força e centralidade a bandeira da assistência estudantil. Em 2020, realizamos reuniões e encontros com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), mas não foi prioridade da direção majoritária da entidade dar sequência a essa articulação. A construção de uma política de defesa da assistência estudantil é algo que exige unidade e coesão na luta, a fim de envolver todo o conjunto do movimento estudantil numa campanha em defesa do Pnaes e pela ampliação de suas verbas.

Ainda sobre o Pnaes, é importante ressaltar que hoje ele é apenas um decreto, não tendo sido transformado em lei. Essa realidade também torna frágil e incerta a continuidade dessa política, ao mesmo tempo que sua constitucionalização pode vir acompanhada de uma descaracterização. Diante dessa situação, não há outra alternativa senão a construção de uma luta muito forte que não apenas defenda o Pnaes, mas contribua para seu aprimoramento e ampliação.

Obviamente, não é possível imaginar que nós possamos ter uma melhora nas políticas de assistência estudantil sob o governo de Bolsonaro e seus capangas interventores. Por isso, é fundamental que as nossas bandeiras em defesa da assistência estudantil estejam juntas com a bandeira do #ForaBolsonaro, que é urgente para retomarmos a construção de um projeto popular de educação que dê centralidade à permanência.

As principais tarefas da União Nacional dos Estudantes neste novo período são a construção de seminários regionais para debater a assistência estudantil na perspectiva das universidades federais, estaduais e privadas - onde a realidade é outra e a falta de políticas ainda maior; a realização do Seminário Nacional de Assistência Estudantil, a fim de sintetizar os debates, articular uma frente em defesa da permanência e iniciar a campanha em defesa do Pnaes e da assistência estudantil; a ampliação do diálogo com a Secretaria Nacional de Casas do Estudante (Sence), fundamental para defender as residências estudantis, que também têm passado por dificuldades durante a pandemia em muitas universidades; e, por fim, a consolidação de um Grupo de Trabalho de Assistência Estudantil vinculado à diretoria, a fim de manter um diálogo constante com entidades gerais e de base para a construção de ações em defesa da permanência, da educação pública e do #ForaBolsonaro.

Acessibilidade e inclusão para transformar

Por muito tempo, pessoas com deficiência foram excluídas da vida pública. Essa realidade, estritamente vinculada ao capacitismo presente na sociedade, perpetuou uma desigualdade muito grande entre PCD e pessoas sem deficiência. As universidades, assim como não haviam sido pensadas para pessoas pobres, também não foram construídas para pessoas com deficiência.

Entretanto, a Lei de Cotas e uma série de políticas de inclusão promovidas pelos governos petistas permitiram que muitas PCD pudessem ingressar na universidade. O ingresso, entretanto, não garante a inclusão por si só, pois na maioria das vezes, falta infraestrutura e acessibilidade para lidar com os diferentes tipos de deficiência. Essa é uma questão estrutural e que precisa ser superada com a articulação das pessoas com deficiência em conjunto com diferentes grupos. O movimento estudantil, que também é composto por PCD, precisa estar atento e dar centralidade à luta por inclusão e acessibilidade.

É fundamental que a UNE promova encontros e seminários para debater a realidade das pessoas com deficiência nas instituições de ensino, bem como a construção de uma campanha por mais acessibilidade nas universidades. É fundamental também, que as entidades de base e gerais componham e fomentem a criação de núcleos de acessibilidade nas universidades, a fim de promover, a nível local, discussões que se convertam em políticas públicas de inclusão e acessibilidade. A universidade pública precisa ser inclusiva, acessível e garantir a permanência de todos e todas. É uma responsabilidade nossa garantir que isso aconteça.

Universidades privadas e comunitárias

Falar das universidades privadas em pleno governo Bolsonaro (2021) é recordar um pouco do que representa o desmonte na educação que teve seu início em 2016, com a PEC do Teto de gasto de Michel Temer. A EC 95 prejudicou não apenas o sistema público mas, foi o início da redução de contratos do FIES (Financiamento Estudantil do Ensino Superior).

De Temer a Bolsonaro, continuaram os ataques à educação pública e aos programas que permitiam o ingresso dos filhos da classe trabalhadora às universidades pagas. Uma das medidas tomadas em 2019 aumentou o valor e reduziu a adesão ao FIES para estudantes oriundos de escola pública. Essa medida foi aprovada na surdina e sem qualquer diálogo com o movimento estudantil e suas entidades, como é a prática dos governos neoliberais.

É importante compreendermos que uma parcela importante dos estudantes de universidades pagas, sejam elas privadas ou comunitárias, não são oriundos dos setores médios. Há, dentro das universidades pagas, aqueles que dependem de programas como ProUni, Fies e muitos outros que exercem dupla ou tripla jornada para pagar os estudos, principalmente as estudantes mulheres.

Estes estudantes oriundos da classe trabalhadora precisam, muitas vezes, conciliar empregos precarizados e mal pagos com os estudos, o que por si só já os coloca em disparidade em relação aos colegas que possuem melhores condições materiais. Nesse quadro, faltam políticas de assistência estudantil que atinjam estes estudantes. O PNAES, importante conquista dos governos Lula e Dilma, é direcionado a estudantes de universidades federais. Apesar da importância do ProUni e Fies, o abate das mensalidades não basta: para permanecer, é preciso comer, dormir, ter apoio pedagógico e mais uma série de pilares que fazem parte da vida do estudante. Enquanto nas federais e estaduais é possível garantir políticas de assistência graças ao PNAES e PNAEST, nas universidades pagas estas políticas são praticamente inexistentes.

Durante a pandemia, um fator que prejudicou muitos estudantes de instituições pagas foi a falta de auxílios e da isenção das mensalidades. Muitos estudantes perderam seus empregos ou tiveram sua renda drasticamente reduzida durante o período de distanciamento, porém não houve uma política nacional de apoio a estes estudantes a fim de combater a evasão. A realidade é que muitos tiveram que optar entre a educação e o trabalho.

É uma tarefa urgente da UNE retomar o contato e fortalecer o movimento estudantil nas universidades privadas, onde estão presentes muitos jovens da classe trabalhadora. É preciso garantir a construção de seminários e conferências para aproximar esse setor estudantil e construir um programa de reivindicação, que dê centralidade às suas pautas e demandas. Além disso, o debate sobre as universidades pagas precisa ter um olhar atencioso à expansão do ensino privado à distância no Brasil. Hoje, há um processo de expansão desenfreado de instituições cujos programas pedagógicos são questionáveis. O MEC de Bolsonaro abre espaço para este ensino tecnicista ao passo que precariza as universidades públicas. Portanto, é papel da UNE também debater a regulamentação do ensino privado de uma forma que defenda as demandas dos estudantes, mas seja crítica e enfrente os tubarões da educação. Somente assim podemos caminhar em direção a um projeto de educação que tenha como centralidade a formação de sujeitos para transformar a sociedade, e não o lucro dos capitalistas. Que a Universidade se encha de povo!

Universidades Estaduais

Vivendo sob um governo onde a educação não é prioridade, o que resta é a precarização do ensino e o estudante como atenção central do desmonte, onde desde de 2016, no pós golpe, a educação brasileira tem sido alvo de ataques por parte do governo federal. As universidades brasileiras sofreram uma série de cortes, o que era apenas o início de um processo que tem como principal objetivo sucatear as instituições e impossibilitar o acesso da classe trabalhadora ao ensino superior.

Em âmbito estadual, há uma tentativa clara de buscar possibilidades de privatizar e terceirizar o ensino, levando as universidades estaduais para um cenário onde promover a educação fica cada vez mais precarizado. É nítido também, o projeto de sucateamento, seguindo as regras básicas da privatização, que é a retirada de recursos, fazendo com que se transmita a imagem de que as instituições públicas não oferecem serviços de qualidade para a população, que acaba encarando isso como um problema. Assim, fazendo com que fique mais fácil partir para a iniciativa privada. Pensar nas instituições de ensino superior estaduais é pensar também em como o poder público tem dado resposta à crise capitalista e como isso está sendo repassado para a classe trabalhadora nos estados. As universidades estão nessa mira. É preciso ter em mente, que tudo isso é um projeto de desqualificação e desmonte de um espaço que tem como função o pensamento crítico, a produção de conhecimento científico e construção de possibilidades e alternativas de uma nova sociedade.

Desde o processo de inserção do neoliberalismo no Brasil, isso vem acontecendo e dissolvendo as conquistas democráticas. Os ataques do governo Bolsonaro atingem diretamente o estudante. Quando se coloca um corte no orçamento coloca-se em risco a assistência estudantil e consequentemente o estudante se torna o alvo.

A autonomia financeira das universidades é condição fundamental para o desenvolvimento de suas atividades e para a construção de um projeto de universidade democrática e popular. As dificuldades no âmbito do financiamento acabam por refletir-se também na insuficiência das políticas de assistência estudantil. Sem políticas adequadas, a permanência das e dos estudantes na universidade é gravemente prejudicada. Com o ensino remoto, é preciso ainda mais a luta pela permanência do estudante na universidade.

A luta pela inclusão digital e a permanência das bolsas tanto de apoio acadêmico quanto as de iniciação científica e extensão vem sendo travadas em diversas universidades estaduais, principalmente nos estados governados por partidos de direita. A única maneira de

garantir a permanência das e dos estudantes, mesmo durante uma pandemia, é através de uma árdua luta em defesa das políticas de assistência, e defender a ampliação das verbas para essa finalidade, é nossa prioridade.

Pensando em uma forma de ampliação das universidades estaduais, a criação de novos campi e cursos é muito importante para a interiorização das universidades e democratização do acesso ao ensino. Mas para que atinja esses objetivos, essa expansão deve ser realizada de forma democrática com participação de todo corpo estudantil, docentes e técnicos, além da participação de entidades e movimentos sociais regionais. As universidades estaduais devem estabelecer metas de crescimento das vagas de ensino de graduação e pós-graduação, e simultaneamente buscar alternativas de expansão dessas vagas, sempre mantendo a qualidade do ensino e encontrando formas menos onerosas.

É preciso ter em mente a função social que as universidades estaduais têm para a população, e com isso, para que essa universidade exista na vida das pessoas, e ela não se torne apenas uma máquina de formação de mão de obra para o capital, é preciso que exista luta para torná-la mais acessível, popular e voltada para o desenvolvimento regional.

Portanto, é necessário que a UNE tenha em sua agenda de lutas uma articulação potente com as UEEs em defesa das universidades estaduais. O auxílio na ampliação e criação de novos campi e cursos; Na luta por mais bolsas e os reajustes das mesmas para a permanência estudantil; A luta pelo auxílio moradia e casas de estudantes; A luta por creches universitárias nos campi; E o auxílio aos DCE's e Centros acadêmicos das universidades estaduais, principalmente as do interior, onde a UNE na maioria das vezes não chega. Não podemos nos furtar da luta por uma universidade que atenda os anseios da classe trabalhadora, uma instituição pública, gratuita e de qualidade.

Construindo soberania: por uma engenharia popular e solidária

Os cursos de engenharia e outras áreas relacionadas à tecnologia são importantes ferramentas em disputa. É muito comum que nas universidades públicas, cuja estrutura é departamentalizada, as áreas do conhecimento estejam extremamente distantes e não funcionem de forma interdisciplinar. Essa organização não é fruto do acaso: é um projeto deliberado que tem como objetivo afastar disciplinas e dificultar a construção de desenvolvimento social.

A engenharia é uma ferramenta importante de manutenção e observação de transformações cotidianas. As várias formas e maneiras de se pensar e construir engenharias e

currículos voltados para uma formação mais holística que permita englobar os impactos das ações no que diz respeito às questões sociais e ambientais se faz cada vez mais necessário neste campo de estudo. É fundamental formar engenheiras e engenheiros que possuam uma visão coletiva e humana da sociedade para que, assim, possamos transformá-la para melhor.

As engenharias podem interferir positivamente em questões socioambientais e também de desigualdades sociais, desde que seja inserida de forma humanizada e que a ciência e tecnologia por si só não neutralizem a capacidade crítica e analítica, dando ênfase para comportamentos técnicos. Existe uma infinidade de funções que podem e devem ser exploradas para que a engenharias se torne cada vez mais popular, solidária e exerça a sua função de diminuir desigualdades, criar possibilidades, soluções e encurtar distâncias entre mundos.

É justamente nesse quadro que a União Nacional dos Estudantes precisa adentrar este espaço muitas vezes secundarizado pelo movimento estudantil. Os cursos vinculados à tecnologia precisam de estudantes organizados e dispostos a enfrentar as estruturas arcaicas para construir um novo modelo de tecnologia, a partir de uma engenharia popular e solidária, fundamental para a superação de problemas estruturais do nosso país.

Faz-se extremamente necessária a articulação de Encontros, Seminários e Núcleos por parte da UNE, em conjunto com DCEs, DAs, CAs e Executivas de Curso para debater e disputar o projeto de tecnologia que queremos para o país. A tecnologia não pode servir a uma meia dúzia de empresas que não têm compromisso com a soberania nacional e a redução das desigualdades sociais. Por isso, é muito importante que a UNE estabeleça um diálogo com a Rede de Engenharia Popular e Solidária (Repos) e faça parte da construção dos Encontros Regionais e do Encontro Nacional de Engenharia e Desenvolvimento Social (Eneds).

Através de projetos de extensão e pesquisa, é possível construir parcerias e alianças com movimentos sociais como o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e outras frentes de articulação. Nós vivemos um momento de disputa acirrada do projeto de educação, que impacta diretamente o mundo do trabalho e o projeto de país que construímos como profissionais. É por isso que o movimento estudantil, através de suas entidades, principalmente a União Nacional dos Estudantes, precisa estar no dia a dia destes estudantes para fortalecer uma perspectiva popular e solidária de tecnologia, pautada principalmente pelo desenvolvimento social.

Ensino à Distância para além da pandemia

Com o início da pandemia do novo Coronavírus, muito se denominou - erroneamente - a modalidade emergencial implementada como “Ensino A Distância”. Embora algumas características destas duas modalidades sejam convergentes, o ensino remoto emergencial implementado durante a pandemia tem diferenças gigantescas em relação ao EAD tradicional, que existe tanto em universidades privadas, quanto em universidades públicas vinculadas aos polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB).

O EaD tradicional já foi motivo de debates acirrados em outras épocas do movimento estudantil, principalmente durante os governos petistas. Para compreender as complexidades do Ensino à Distância, é preciso separar a modalidade de ensino de seus estudantes. No Brasil, existe uma onda crescente de instituições privadas que oferecem cursos EaD. Apenas em 2019, o número de calouros em cursos de modalidade à distância foi de 1,4 milhões, cerca de 54% do total de ingressantes naquele ano. Estes dados apresentam um sintoma anterior à pandemia: de que, principalmente por parte da iniciativa privada, há uma ampliação na oferta de cursos à distância.

Uma parcela significativa desses cursos são parte de um projeto de tecnicização do ensino que assola nosso país. Entretanto, é preciso separar o joio do trigo: boa parte dos estudantes dessa modalidade são jovens do interior, filhos e filhas da classe trabalhadora ou mesmo adultos que não puderam acessar o ensino superior antes, por isso, optam por uma modalidade que seja possível de conciliar com o mundo do trabalho.

Ainda no campo do Ensino à Distância, é preciso estabelecer uma diferença entre os cursos - cada vez mais amplos - das instituições privadas e os cursos que fazem parte de convênios oferecidos por universidades federais, como é o caso da Universidade Aberta do Brasil. Além de serem limitados, estes cursos contam com polos de apoio, planos pedagógicos construídos por docentes de universidades federais e outras especificidades que os tornam diferentes das instituições privadas. Boa parte dos estudantes desta modalidade também são jovens do interior, homens e mulheres mais velhos, mães e pessoas que acessam o superior de forma mais tardia.

Além de entrar no mérito da qualidade do ensino e da formação, que é um debate importante, pois defendemos uma universidade pública e de qualidade para todos e todas, é necessário debatermos as condições materiais desses estudantes neste momento. O PNAES, importante conquista do movimento estudantil e dos governos petistas, possui como uma de suas limitações a não destinação de recursos para estes estudantes oriundos do EAD.

Portanto, é fundamental que a UNE e outras entidades do campo da educação dialoguem com esses estudantes, cuja forma de organização e atuação também é dificultada em função da modalidade de ensino, mas não deixa de existir.

É preciso dar um olhar atencioso a estes setores sem deixar de fazer a crítica do projeto de educação - mas também entendendo as diferentes condições materiais e de acesso que existem pelo Brasil, principalmente no interior. Uma das tarefas fundamentais da UNE no segundo semestre de 2021 é a realização de um Encontro de Estudantes do Ensino à Distância, com vistas a debater os principais impactos da pandemia nesta modalidade de ensino e na permanência de seus estudantes.